



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

CONCLUSÃO

Em 08/09/2014 19:28:35, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, Dr. Paulo César Scanavez.
 Eu, _____, Escr., subscrevi.

SENTENÇA

Processo nº: **0021543-98.2009.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Monitória - Espécies de Títulos de Crédito**
 Requerente: **Alesat Combustíveis Sa**
 Requeridos: **Beira Rio Comércio de Derivados de Petróleo Ltda, Fernando Maimone Neto e Maria Suzete Gimenes Bezerra**

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

Alesat Combustíveis S/A, atual denominação da Ale Combustíveis S/A, sucessora por incorporação da Satélite Distribuidora de Petróleo S/A, move ação em face de **Beira Rio Comércio e Derivados de Petróleo Ltda., Fernando Maimone Neto e Maria Suzete Gimenes Bezerra**, dizendo que é credora dos réus da quantia de R\$ 29.480,00, representada pela DP 019005A, de R\$ 10.550,00, vencida em 18.03.2009; DP 019006A, de R\$ 9.465,00, vencida em 18.03.2009; DP 019744A, de R\$ 9.465,00, vencida em 29.03.2009. Os réus não lhe pagaram esses valores. Através deste pleito monitório quer receber o valor supra, com correção monetária desde o vencimento de cada DP, juros de mora contados da citação, e demais ônus processuais. Documentos às fls. 07/29.

As rés Beira Rio Comércio de Derivados de Petróleo Ltda. e Maria Suzete Gimenes Bezerra foram citadas às fls. 31/31v e 180 e não ofereceram embargos monitórios. O réu foi citado por edital, conforme fls. 203/204, 212/214 e 225 e não ofereceu embargos. A curadora especial apresentou os embargos de fls. 228/229 dizendo que os documentos exibidos com a inicial são insuficientes para ser acolhido o pleito inicial. A planilha



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

de fl. 156 apresenta encargos excessivos. Pede a procedência dos embargos.

Na impugnação de fls. 236/248 a embargada sustenta a higidez dos documentos para embasar o pedido monitório e não cometeu excesso algum, pelo que os embargos devem ser repelidos.

Manifestação do novo curador especial a fl. 250.

É o relatório. Fundamento e decido.

O pedido monitório está embasado nas notas fiscais eletrônicas de fls. 21/26. A entrega das mercadorias adquiridas pelos embargados está comprovada pelos recibos de fls. 24/26.

O valor pretendido pela embargada guarda correspondência com a somatória dos valores das três notas fiscais de aquisição dos produtos por parte dos embargantes. A embargada não cometeu nenhum abuso na formulação do pedido pecuniário, pois respeitou a somatória dos valores nominais dessas aquisições. Não chegou sequer a elaborar cálculo de correção monetária ou de juros de mora, tanto que se limitou a pedir a incidência da correção monetária desde a data prevista para o pagamento de cada fatura, e em relação aos juros de mora se orientou pela regra do artigo 405, do Código Civil, qual seja, desde a citação.

A compra e venda retratada pelas mencionadas faturas não foi negada pelos réus. Observo que dois dos réus foram citados pessoalmente e não ofereceram embargos monitórios. Um deles foi citado por edital e através de curador especial ofereceu embargos monitórios, cumprindo assim a ritualística decorrente desse ato citatório, mas a respectiva defesa não encontrou ressonância nos fatos aduzidos nos autos. Subsistem, íntegros, os documentos que a autora-embargada exibiu com a inicial, enriquecidos pela comprovação da entrega dos produtos da compra e venda consubstanciada em cada nota fiscal eletrônica. Sem dúvida que esses documentos não permitiam o ajuizamento de execução por falta do instrumento de protesto, daí a cautela da embargada em promover o pedido monitório, escolha adequada: "A prova escrita sem eficácia de título executivo" situa-se num campo intermediário entre a prova documental específica exigida para o título executivo extrajudicial e a prova meramente indiciária e capaz de amparar o aforamento da ação de cobrança, de natureza condenatória.

O STJ tem consolidada jurisprudência no sentido de que "a nota fiscal, acompanhada do respectivo comprovante de entrega e recebimento da mercadoria ou do serviço, devidamente



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

assinado pelo adquirente, pode servir de prova escrita para aparelhar a ação monitoria" (REsp 778.852, relatora Ministra Nancy Andrighi; REsp 164.190, relator Ministro Waldemar Zveiter; REsp 894.767, relatora Ministra Eliana Calmon).

JULGO IMPROCEDENTES os embargos monitorios.

Em consequência, os réus e a embargante terão que pagar à autora-embargada o valor de R\$ 29.480,00, com correção monetária desde março/09, juros de mora de 1% ao mês contados da citação de fls. 31/31v (05.01.2010), 10% de honorários advocatícios sobre o valor da condenação e custas do processo, além das de reembolso. Com o trânsito em julgado desta sentença, constituir-se-á, automaticamente, o título executivo judicial em favor da autora-embargada.

Depois do trânsito em julgado, abra-se vista à autora para formular requerimento da fase de cumprimento da coisa julgada, nos termos do artigo 475-B e J, do CPC, no prazo de 10 dias. Vindo esse requerimento, intemem-se os corréus para, em 15 dias, pagarem o valor do débito exequendo, sob pena de multa de 10%. Findo o prazo de 15 dias sem pagamento, abra-se vista à autora para indicar bens dos executados para os fins de penhora.

P.R.I.

São Carlos, 06 de outubro de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA